

 **Texto**  
para discussão

250

**Militarismo e imperialismo  
no pensamento de Rosa  
Luxemburgo: uma síntese**

**Eduardo Barros Mariutti**

Janeiro 2015

Instituto de Economia  
**UNICAMP** 

## Militarismo e imperialismo no pensamento de Rosa Luxemburgo: uma síntese

*Eduardo Barros Mariutti*

### Resumo

O objetivo deste artigo é destacar, de forma sintética, o modo como a questão do imperialismo se integra de forma harmônica ao núcleo central de sua problemática, isto é, o esforço de pensar o Modo de Produção Capitalista como uma forma peculiar de reorganizar violentamente *o conjunto da vida social* pautado pela acumulação incessante de capitais.

**Palavras-chave:** Imperialismo, Socialismo, Rosa Luxemburgo.

A maioria das críticas à interpretação do imperialismo proposta por Rosa Luxemburgo não levam em conta o modo como esta questão se liga ao núcleo central que articula e *singulariza* o seu pensamento: o esforço de pensar o Modo de Produção Capitalista como uma forma peculiar de reorganizar violentamente *o conjunto da vida social* pautado pela acumulação incessante de capitais. Definido desta forma, longe de ser o portador do progresso ou da civilização, o capital tem um ímpeto intrinsecamente expansionista, em um duplo sentido. O mais evidente fica patente na sua rápida e vigorosa capacidade de se alastrar geograficamente por todo o globo terrestre. Mas o segundo sentido é mais importante e, na realidade, conduz o primeiro: a *acumulação* capitalista está fadada a *colonizar* e ajustar à sua lógica *todas* as dimensões da vida social. É nesta acepção peculiar que o capitalismo se impõe progressiva e contraditoriamente como uma *forma universal*, que dissolve e se alimenta das relações sociais estranhas a ele. E, depois que a concorrência dos capitais se desloca para o plano mundial, o imperialismo capitalista se converte no principal instrumento de expansão e *valorização do capital*.

O objetivo deste breve artigo é tentar destacar os elementos do pensamento de Rosa Luxemburgo que podem fazer a discussão sobre o imperialismo avançar. E, para tanto, não contemplarei diretamente velhas questões como, por exemplo, a polêmica sobre os esquemas de reprodução e as acusações de “subconsumismo” que, por muito tempo, desviaram o debate sobre o potencial da obra dessa notável revolucionária para rumos pouco promissores. O aspecto mais relevante da perspectiva de Rosa é a possibilidade de (re)pensar o conceito de Modo de Produção para além das interpretações economicistas que esterilizaram o marxismo: entendê-lo não como um sistema econômico, mas como *modo de produção da vida social*. O aspecto mais surpreendente é que Rosa não teve acesso à obras como a *Ideologia Alemã* e os *Grundrisse*, ainda inéditas enquanto ela vivia. No entanto, uma leitura atenta irá mostrar que ela estava muito próxima da concepção do modo de produção *capitalista*<sup>1</sup> como uma *forma de articulação* das várias

---

(1) O adjetivo é importante: ela não discute esta questão no plano formal, isto é, do conceito de modo de produção. Todas as menções de Rosa aos demais modos de produção são feitas sempre a partir da forma como eles

dimensões da vida social, isto é, uma totalidade. É a partir deste referencial que vamos analisar a sua interpretação sobre o imperialismo.

### **O Capitalismo como *Forma Universal***

Partirei do último parágrafo de *A Acumulação de Capital* que, não por acaso, deixa explícito a *unidade* do argumento que permeia toda essa obra:

O capitalismo é a primeira forma econômica [*Wirtschaftsform*] capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar à acumulação, mas a satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio o desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta<sup>2</sup>.

A marca decisiva do capital é seu impulso em *desatrelar* violentamente o trabalho e os meios de produção das formas sociais distintas dele para, na sequência, poder subordiná-las à sua autovalorização. Em termos mais diretos: o capital tem como tendência a mercadorização plena da natureza e da vida social.

Para melhor caracterizar a peculiaridade da *acumulação capitalista* na visão de Rosa Luxemburgo, é importante destacar como ela a diferencia da dinâmica da economia natural e da economia mercantil. Por “economia” natural devemos entender as formas sociais onde as unidades produtivas são autossuficientes

---

são abarcados pelo capitalismo, levando em conta principalmente a sua capacidade de resistência à mercadorização da vida.

(2) *A Acumulação de Capital* Tomo II São Paulo, Abril Cultural, 1984 p. 98. Na tradução para o Inglês de Agnes Schwarzschild essa passagem aparece de forma ligeiramente diferente: “*Capitalism is the first mode of economy with the weapon of propaganda,*” [“*Der Kapitalismus ist die erste Wirtschaftsform mit propagandistischer Kraft*” é a expressão de Rosa Luxemburgo, no texto original] “*a mode which tends to engulf the entire globe and to stamp out all other economies, tolerating no rival at its side. Yet at the same time it is also the first mode of economy which is unable to exist by itself, which needs other economic systems as a medium and soil. Although it strives to become universal, and, indeed, on account of this its tendency, it must break down—because it is immanently incapable of becoming a universal form of production. In its living history it is a contradiction in itself, and its movement of accumulation provides a solution to the conflict and aggravates it at the same time. At a certain stage of development there will be no other way out than the application of socialist principles. The aim of socialism is not accumulation but the satisfaction of toiling humanity’s wants by developing the productive forces of the entire globe. And so we find that socialism is by its very nature an harmonious and universal system of economy.*” *The Accumulation of Capital*. Londres: Routledge, 2003 p. 447 (grifo meu). Moniz Bandeira, na edição da Zahar – traduzindo a partir de uma edição espanhola (Editorial Centri: Madri) - também usa a expressão forma econômica (e se assemelha mais à tradução que estou utilizado: “o capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial” p. 411).

e, portanto, estabelecem relações no seu interior e entre si de cunho não mercantil. Um eventual *mercado* pode surgir mas com a condição de operar *apenas* com os excedentes, sendo, portanto, incapaz de influenciar significativamente as relações sociais de produção (geralmente escoradas em princípios como simetria, reciprocidade e redistribuição, mediadas por relações de parentesco<sup>3</sup>). Há sempre, portanto, em toda economia natural, nos termos de Rosa, *um vínculo peculiar entre os meios de produção e a mão de obra*<sup>4</sup>. Neste caso, portanto, se surge um setor mercantil, ele é *restrito* e necessariamente marginal: a dinâmica do mercado não é capaz de transformar a natureza das relações sociais no interior das unidades produtivas e, portanto, opera à margem da sociedade. O termo *economia*, portanto, é aqui entendido de forma abrangente, isto é, como o conjunto da reprodução dos meios de vida e, desse modo, o adjetivo “natural” é empregado para caracterizar todas as economias onde o mercado não é essencial para essa reprodução<sup>5</sup>.

A peculiaridade da economia mercantil reside em outro aspecto: o mercado é uma etapa importante da reprodução social, já que os produtores se articulam predominantemente pela troca mercantil. Este tipo de sociedade possui diversas variantes, que podem ser perfiladas tendo como referência dois extremos. De um lado, situam-se as sociedades de pequenos produtores que trocam os produtos do seu trabalho em mercados locais, geralmente regulados pela magia ou por padrões “éticos” (como, por exemplo, a noção medieval de preço justo). De outro, podemos situar sociedades mais centralizadas, onde os mercados locais operam em sincronia com o poder central (o que configura os “modos de produção” redistributivos, terminologia posteriormente definida por antropólogos marxistas). Rosa Luxemburgo não faz esta distinção, mas ela está implícita no modo como ela conduz a sua análise sobre a penetração do capital. No caso de sociedade já imersas em relações mercantis, o capital geralmente penetra em associação com as elites locais (o topo da burocracia imperial, os mercadores ligados à cúpula da sociedade, etc.) e se espalha pela construção de ferrovias e novos sistemas de transporte, forcejando por todos os meios disponíveis – pressão fiscal, violência, guerra, revolução etc. – para que estas regiões se integrem e respondam ao ritmo ditado pela acumulação de capitais. No entanto, por vezes, é o próprio processo de destruição da “economia natural” – isto é, “de sua unidade formal de entidade social autônoma” – que inclui essas comunidades na teia das relações mercantis. Mas a dinâmica do processo deriva da intensa concorrência de capitais dos

---

(3) Ver, por exemplo, a caracterização feita por Rosa da centralidade do círculo familiar argelino na reprodução da sua “economia doméstica”, antes do domínio europeu em *A Acumulação... op. cit.* p. 37.

(4) “A dificuldade que o capital enfrenta nesse sentido reside no fato de que em grandes regiões da terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade.” Id. *ibid.*, p. 32 (Grifos meus).

(5) É muito comum criticar o “simplismo” desta definição. A crítica perde o sentido se levarmos em conta o fato, bastante óbvio, de que ela usa esta definição por contraste ao *mercado capitalista*, isto é, com o objetivo de, comparando com outros tipos de organização social, marcar a singularidade do modo de produção capitalista. Para tanto, não é necessário – e nem possível - fazer a etnografia de *todas* as sociedades não capitalistas. Sequer ela comete o erro de parte da antropologia e história econômica que a sucedeu, que tende a definir economia natural como uma economia de baixa produtividade e *sem poupança*, isto é, uma economia da miséria.

países capitalistas avançados, que transpõe a disputa para o plano internacional, “em luta pelas condições restantes de acumulação.” Entretanto, nos dois casos, sem a presença do capital proveniente “de fora”, o grau de mercadorização da natureza e da sociedade é bastante restrito<sup>6</sup>.

O ponto é que, o capitalismo, ao se formar, nasce *entrelaçado* à diversas formas estranhas a ele<sup>7</sup>. É exatamente por isto que Rosa Luxemburgo tem como eixo o movimento de *acumulação* de capital em sua dupla dimensão: a *interna*, amplamente estudada pelo marxismo e pela Economia Vulgar e a *externa*, isto é, o *modo* como o capital invade e se associa à formas de produção e de exploração estranhas a ele. Neste sentido, portanto, ela se afasta radicalmente do modo como o debate sobre as relações entre o “mercado interno” e o “externo” se estruturou no marxismo e na Economia Política. Isto fica explícito na seguinte passagem que, embora muito citada, nem sempre se destaca as suas implicações:

O mercado interno e o mercado externo desempenham, sem dúvida, papel importante e inconfundível na evolução do desenvolvimento capitalista, não como conceitos de Geografia Política, mas de Economia Social. Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora dos seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios elementos de produção. Mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. Desse ponto de vista econômico, a Alemanha e a Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, uma para a outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre a indústria alemã e seus consumidores ou produtores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo<sup>8</sup>.

Isso a afasta definitivamente tanto da discussão clássica quanto, posteriormente, das acusações – expostas principalmente por Joan Robinson - de ter sido uma precursora do keynesianismo. Quem se situa *fora* das relações sociais capitalistas e, portanto, ainda não foi sociabilizado como uma mercadoria,

---

(6) Mas é o próprio vínculo com o capitalismo que tende a transformar a economia mercantil, nos dois casos (economias mercantis *criadas* pela destruição violenta das formas de comunidade não mercantis a serviço do capital dos países de capitalismo “maduro” ou as economias que já tinham um setor mercantil previamente ao seu contato com os capitais internacionais): “O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento de acumulação e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos.” Id. *ibid*, p. 63.

(7) “O capitalismo veio ao mundo e se desenvolve em meio social não capitalista. Nos países da Europa Ocidental ele se desenvolve inicialmente no meio feudal, o qual lhe comunica a sua forma primitiva. A economia servil do campo e as corporações profissionais urbanas formam o cenário de sua primeira infância. Posteriormente, *após a queda do feudalismo*, terá por ambiente o meio camponês-artesanal, ou seja, o meio da produção simples, de cunho mercantil, seja agrícola, seja artesanal. Além desses *limites imediatos* vamos encontrar depois toda uma vasta área de culturas não-européias, área que envolve o capitalismo europeu e lhe *oferece* uma escala completa de estágios evolutivos vários, tanto abrangendo hordas comunistas mais primitivas, de caçadores nômades e de simples coletores, quanto populações que se dedicam à produção mercantil artesanal e camponesa. *É esse o meio em que prossegue a marcha do processo capitalista de produção.*” Id. *Ibid*, p. 31. Apesar de um certo esquematismo e pequenas imprecisões, esta passagem resume a essência do argumento de Rosa Luxemburgo.

(8) Id. *ibid*, p. 29.

alimenta indiretamente o capital com os *produtos* do seu trabalho e, se contribuiu para a valorização, o faz como *comprador* de mercadorias, posição distinta do *consumidor* de mercadorias que, desde o início, já estava preso ao circuito do capital.

Essa diferenciação entre consumidor e comprador é de importância fundamental, embora as referências a ela apareçam de forma muito dispersa em *A Acumulação de Capital*<sup>9</sup>. No entanto, uma passagem de *Anticrítica* é particularmente ilustrativa:

Para que a acumulação se verifique é necessário encontrar outros *compradores* que adquiram essa partida de mercadorias em que se encontra o lucro destinado à referida acumulação. *Os compradores necessários devem ter meios próprios de compra, meios que sejam fornecidos por fontes próprias e perfeitamente autônomas, que nada tenham a ver com o bolso do capitalista*, tais como as que dispõem os trabalhadores, ou os colaboradores do capital – os órgãos estatais, o exército, o clero, as profissões liberais. Devem ser estes, portanto, os *compradores* pessoas cujos meios de compra tenham por origem a troca mercantil e, meios que também existem, pois, em função da produção mercantil ocorrente *fora da produção mercantil capitalista*; devem ser produtores cujos meios de produção não se incluem na categoria do capital e não pertençam a nenhum das categorias gerais (dos capitalistas e dos trabalhadores), mas assim mesmo ou de qualquer forma tenham necessidade de mercadorias capitalistas<sup>10</sup>.

Essa distinção permite, portanto, explicitar a tentativa de Rosa Luxemburgo visualizar a reprodução do capital social total *levando em conta também a sua articulação com a zona não capitalista*, da qual ele se alimenta e, também, permite realizar parte da mais-valia. Quando ela afirma que o capital social total não é uma simples soma – ou uma mera articulação mecânica – dos capitais individuais é sempre isto que ela tem em mente<sup>11</sup>. Logo, ela não está no terreno que a economia (vulgar) demarcou como

---

(9) Esta distinção, a meu ver, enfraquece a conhecida crítica de Sweezy de que, se a base do argumento de Rosa fosse correta, isto é, a impossibilidade de *realizar* a acumulação ampliada em um sistema capitalista “fechado”, os consumidores “não-capitalistas” não poderiam modificar esta situação pois não é possível *vender* para eles sem também deles comprar. Sem exportar, como eles poderiam importar? cf. Paul M. Sweezy. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 163-165. A questão central está exatamente, no fato de que o capital utiliza como cabeça de ponte os sistemas de dominação locais que, sob controle das elites amparadas por um mecanismo estatal pouco desenvolvido ou embrionário, atuam como intermediários entre os capitalistas centrais e economias mercantis simples ou as formas não capitalistas de combinação entre o trabalho e os meios de produção. Este tipo de crítica revela mais uma vez que não se pode ser economista – mesmo que crítico – impunemente. A despeito disto, é notória a simpatia do finado economista de Harvard por Rosa: “Rosa Luxemburgo, ao contrário dos *Narodnik* na Rússia, uma década e meia antes, tinha um sentido da realidade econômica e política muito agudo para levar sua lógica a essa conclusão absurda [a impossibilidade do capitalismo]. Não correu nunca o perigo de, na frase de Lênin, fugir ‘de uma realidade desagradável, mas indubitável, para o mundo nevoento das fantasias românticas’. Ela se salvou, porém, pelo expediente duvidoso de inventar uma falsa solução para um problema capcioso.” *op. cit.* p. 164.

(10) *Anticrítica* in: *A Acumulação...* *op. cit.* p. 111-112 (grifos meus).

(11) Ela oferece várias ilustrações dessa ideia. Uma das mais iluminadoras: “Por exemplo: a indústria algodoeira inglesa forneceu durante os primeiros 2/3 do século XIX (e ainda fornece, em parte, atualmente) tecidos de algodão ao campesinato e à pequena burguesia urbana do continente europeu, como também ao campesinato do Índia, da América, da África, etc. Nesse caso foi o consumo dessas camadas sociais e de países não-capitalistas que

o seu objeto: ela tentou levar às últimas consequências a ideia de que o capital é uma relação *social de exploração* do trabalho e da natureza *que não encontra limites* além do seu próprio movimento de expansão.<sup>12</sup>

O ponto decisivo é que, para ela, esta necessidade de expansão decorre das próprias características da produção capitalista. É exatamente a elevação da produtividade do trabalho decorrente da concorrência impiedosa entre os capitais que *obriga* a incorporação de virtualmente *todas as sociedades* e de todo o planeta à órbita do capitalismo. Quanto mais se intensificam e se desenvolvem as relações capitalistas, *maior a sua necessidade de englobar o meio não capitalista à sua dinâmica*:

É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial. A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. Isso acontece sobretudo com o solo e com a riqueza que este contém em minerais, externamente com os pastos, bosques e reservatórios de água, ou com os rebanhos e povos primitivos que se dedicam ao pastoreio. *Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que esse resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção nesses territórios.*”

Logo, é a própria concorrência dos capitais que impele os capitalistas a se apoderarem dos recursos presentes na arena externa, que predominantemente é integrada pela violência:

---

forneceu a base para a enorme expansão da indústria algodoeira na Inglaterra. Em função dessa indústria algodoeira, desenvolveu-se, na própria Inglaterra, uma vasta indústria mecânica, fornecedora de fusos e teares e, em conexão com esta, desenvolveram-se também a indústria metalúrgica e carbonífera. Nesse caso, o Departamento II (dos meios de consumo) realizava em escala crescente seus produtos em camadas sociais não-capitalistas, gerando por sua vez, uma demanda crescente de produtos nacionais do Departamento I (dos meios de produção), devido à sua própria acumulação; auxiliou dessa forma este último na realização da mais valia e em sua acumulação recente.” *A Acumulação... op. cit.* p. 20. Todos os demais exemplos que ela fornece – a indústria química alemã, a indústria ferroviária britânica, etc. – levam em conta não apenas a relação entre o Departamento I e II mas, essencialmente, o modo como a dinâmica do capital se mescla aos recursos e relações sociais não-capitalistas.

(12) “Dessa maneira o capitalismo expanda-se cada vez mais graças à suas relações recíprocas com os círculos sociais e com as nações não-capitalistas, acumulando seu capital à custa destes; ao mesmo tempo que corrói a cada instante a outra entidade a qual se associa, procurará desalojá-la e assumir o seu lugar. E à medida em que vai crescendo o número de participantes dessa caçada em busca de novos campos de acumulação de capital e diminuindo o número de regiões não-capitalistas ainda abertas à expansão universal do capital, mais acirrada se torna a luta, ou a competição, visando a conquista dessas regiões de acumulação; tanto mais frequentes também se tornam, no cenário mundial, as incursões do capital, as quais acabam constituindo verdadeiras cadeias de catástrofes (de ordem econômica ou política), representadas pelas crises mundiais, pelas guerras e pelas revoluções” *Anticritica... op. cit.* p. 113.

Isso explica por que o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras coloniais. Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias. Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarnizada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho.”<sup>13</sup>

Portanto, exatamente por querer incorporar o conjunto da vida social e da natureza, o capital é forçado a *destruir* todas as formas de vida que ofereçam resistência à mercadorização. É neste sentido preciso que ele é uma *forma universal*, fundada intrinsecamente na violência de cunho totalitário. Este é, a meu ver, um ponto de entrada privilegiado na reflexão proposta por Rosa Luxemburgo, pois possibilita dar coerência e alguma unidade ao seu pensamento, especialmente no que diz respeito à sua interpretação sobre o imperialismo, tema central desta reflexão.

### **Do militarismo ao imperialismo**

Uma das grandes peculiaridades do pensamento de Rosa Luxemburgo é o estabelecimento de um vínculo *indissolúvel* entre o militarismo e a acumulação capitalista, que se manifesta desde a formação do capitalismo até o período em que ela vivia. O papel do militarismo, embora tenha variado bastante, foi sempre um recurso do capital para apoiá-lo em sua luta incessante contra a economia natural e a todas as formas sociais estranhas a ele, ampliando pela violência o estoque de fatores de produção e força de trabalho ao seu dispor. Mas, a despeito desta continuidade, Rosa Luxemburgo distingue o imperialismo das formas anteriores de militarismo. E esta distinção – embora sem usar o termo imperialismo – já transparece em *Reforma ou Revolução?*, escrito originalmente em 1989, mas publicado em 1900:

Se é a política mundial o teatro de conflitos ameaçadores, não é tanto por se abrirem novos países ao capitalismo, mas sim por se terem já os antagonismos *européus* existentes transportados para os outros continentes para ali explodir. O que hoje se antepõe de armas em punho, quer seja na Europa ou em outros continentes, não são de um lado países capitalistas e de outros países de economia natural, e sim Estados levados ao conflito precisamente pela identidade de seu alto desenvolvimento capitalista. Em tais condições, se o conflito estoura, só pode ser fatal para este desenvolvimento, no sentido de que provocará em todos os países capitalistas profundíssimos abalos e transformações da vida econômica. Mas o caso se apresenta inteiramente diverso do ponto de vista da *classe capitalista*. Para ela, sob três aspectos, tornou-se hoje o militarismo indispensável; primeiro, como meio de luta na defesa dos interesses de grupos ‘nacionais’ concorrentes contra outros grupos ‘nacionais’; segundo, como a forma de emprego mais importante, tanto do capital financeiro como do capital industrial; e terceiro, como

---

(13) *A Acumulação...* op. cit. p. 32-33. (Grifo meu).



instrumento de dominação de classe sobre os trabalhadores, no interior – interesses que nada têm em comum, em si, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. E mais uma vez, o que melhor demonstra o caráter específico do militarismo atual é, em primeiro lugar, o seu desenvolvimento geral em todos os países, *feito por assim dizer de uma força motriz própria, interna, mecânica*, fenômeno completamente desconhecido há algumas décadas e, em seguida, o caráter inevitável, fatal, da próxima explosão entre os Estados interessados, malgrado a completa indecisão quanto ao motivo, ao objeto do conflito e a todas as demais circunstâncias. Também o militarismo, de motor que era do desenvolvimento capitalista, tornou-se hoje uma doença capitalista<sup>14</sup>.

Essa passagem reúne praticamente todos os elementos que, refinados e desenvolvidos, foram retomados em 1913, como a base da discussão sobre o imperialismo presente em *A Acumulação de Capital*.

Há pelo menos três pontos importantes no trecho supracitado. O primeiro é que a intensa rivalidade militar do início do século XX é explicada por Rosa como uma consequência do elevado desenvolvimento do capitalismo que, ao integrar e dissolver as relações sociais de outras regiões, transplanta também os “antagonismos europeus”. O segundo elemento é a função do militarismo como um instrumento contraditório de dominação da classe capitalista: seu vínculo com as burguesias nacionais acirra o conflito no plano internacional, absorve parte do capital industrial e financeiro, ao mesmo em que consolida a dominação sobre a classe trabalhadora. Mas a chave está no terceiro elemento, isto é, na noção de que o militarismo – ao ser absorvido e efetivamente integrado ao movimento do capital – adquire uma *força motriz própria*.

É exatamente esta última ideia – o traço novo do imperialismo (“fenômeno completamente desconhecido a algumas décadas”) que será aprofundado e reformulado em *A Acumulação de Capital*. Não resta dúvida que é nesta obra que Rosa explicita com mais radicalidade o caráter ubíquo da força militar nas diversas fases da acumulação e, especialmente, o papel crescente da *violência* como suporte e veículo das formas capitalistas de sociabilidade. Mas é neste livro que ela marca com mais clareza a *transformação* da dinâmica e do papel do militarismo na *fase imperialista* da acumulação de capital. Para tanto, ela deu um passo importante: a “endogeneização” do militarismo é vista como uma decorrência da articulação entre a centralização de capitais e a *transformação do Estado* como *suporte* da acumulação de capital que, a partir de então, só pode se realizar no *plano mundial*.

Rosa não desenvolveu muito – pelo menos não no plano formal – a questão da transformação do Estado. Mas ela dá vários indícios importantes de como ela a concebe. No caso dos países de capitalismo maduro, o *militarismo* é a alavanca mais clara que transborda a concorrência dos capitais para o cenário internacional, engendrando desta forma o imperialismo. Internamente, esta transformação do Estado gera uma demanda concentrada e regular para o sistema industrial e, ao lado do nacionalismo, muitas vezes é capaz de domar o movimento organizado dos trabalhadores. O movimento é diferente nas regiões articuladas ao capital pelo imperialismo:

---

(14) *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 55-56 (Grifo meu).

Da mesma forma como se impuseram a expansão da economia mercantil em lugar da economia natural e a substituição da produção mercantil simples pela produção capitalista mediante guerras, crises sociais e destruição de formações sociais inteiras, a emancipação capitalista das províncias econômicas e das colônias também se processa atualmente mediante revoluções e guerras. No processo de emancipação capitalista das províncias, a revolução é necessária para romper a forma estatal arcaica herdada, forma já existente desde os tempos da economia natural e da economia mercantil simples, e criar, em seu lugar, um mecanismo estatal moderno e adequado, compatível com os objetivos da produção capitalista. É esse o sentido das revoluções russa, turca e chinesa. Essas revoluções (particularmente a russa e a chinesa) caracterizam-se, de um lado, pelas exigências políticas impostas pela dominação capitalista e por uma série de reivindicações pré-capitalistas; de outro, por reivindicações contrárias à dominação do capital, já emergentes. Isso lhes confere profundidade e uma força peculiar, ao mesmo tempo que lhes dificulta e atrasa o sucesso. A guerra é o método habitual pelo qual um novo Estado capitalista se liberta da tutela do antigo; constitui a prova de fogo da independência capitalista de um Estado moderno, e é isso que as reformas militar e financeira constituem a forma universal de introdução da emancipação econômica<sup>15</sup>.

É isto que engendra um novo conjunto de contradições: a agressividade e a violência contra o mundo não capitalista se mescla à intensificação da rivalidade militar entre os países capitalistas concorrentes. Logo, o papel e a dinâmica do militarismo muda: a força militar é, pela transformação do Estado e do estágio da concorrência mundial dos capitais, *efetivamente integrada* ao movimento de acumulação de capital.

Infelizmente, a despeito deste passo importante, Rosa reiteradamente recoloca o pé no terreno pantanoso da discussão sobre os esquemas de reprodução. Não é necessário segui-la nesta rota, da qual nada de muito útil pode se esperar. Porém, no meio de muita confusão, é possível destacar algumas implicações importantes desta forma de ver a relação entre o capital e o militarismo. A primeira delas é a *distinção* entre duas formas de olhar o problema do dispêndio militar: a partir dos capitais individuais – o ponto de entrada da “economia burguesa” – ou tendo como referência o movimento do *capital social total*, isto é, como já indiquei, tendo como referência as condições e a dinâmica da reprodução da sociedade capitalista como um todo. No primeiro caso é indiferente produzir “carne em conservas ou chapas para tanques”, isto é, tanto faz se o investimento se dirige para a indústria armamentista ou para a construção civil, ou outro ramo qualquer da economia. “O capital assim, apenas ganharia com uma mão o que perdeu com a outra”. A crítica liberal ao dispêndio militar sempre insiste nesta forma de colocar a questão<sup>16</sup>.

---

(15) *A Acumulação...* op. cit. p. 65.

(16) “Esse ponto de vista é frequentemente defendido pelos opositores do militarismo para demonstrar que o armamentismo, a inversão econômica de capital no mesmo, simplesmente retira de alguns capitalistas o que se entrega a outros. Por outro lado, o capital e seus apologetas utilizam também essa argumentação para tentar persuadir a classe operária de que a tributação indireta e a demanda estatal ocasionam apenas uma alteração na forma material da reprodução; em vez de outras mercadorias produzem-se agora cruzadores e canhões, e graças a isso os trabalhadores encontrarão pão e emprego na mesma medida que antes, ou até em proporções maiores.” Id. *ibid*, p. 93.

Rosa opta pela segunda forma de colocar o problema, a partir da dinâmica do capital social total. Mas, é importante insistir, ela não enquadra esse problema exatamente dentro dos termos clássicos, isto é, analisando o movimento capital dissociado da arena “externa” a ele. Para Luxemburgo é *fundamental* articular a esse movimento a força de trabalho, os meios de produção e de consumo gerados e realizados *fora* da zona central do capitalismo. É exatamente por isso que ela retoma a todo momento a crítica aos esquemas de reprodução: eles não levam em conta esta dimensão do problema que, para ela é a verdadeiramente crucial, pois colocam sobre uma nova luz as tensões da acumulação e o papel do dispêndio militar. O argumento dela pode ser sintetizado da seguinte forma: a própria indústria armamentista gera um mercado importante para a burguesia nacional, cuja demanda potencial *homogênea* e concentrada no Estado *acelera* a centralização de capitais (dissolvendo com mais velocidade a “pequena produção mercantil”). E, além do estímulo típico da concorrência intercapitalista, esta demanda é retroalimentada pela percepção de vulnerabilidade decorrente do dispêndio militar dos demais Estados, tendo como referência o equilíbrio de poder. Por fim, a *pressão fiscal* do dispêndio militar *acelera a integração* das eventuais populações camponesas ao sistema salarial do capitalismo. Em outros termos: a rivalidade imperialista acelera a expansão do capitalismo tanto no plano interno – i.é., dos países imperialistas – quanto no internacional. Finalmente, essa forma de rivalidade, por ser vista como essencial para a sobrevivência do Estado, *retira do escrutínio* público a capacidade de *deliberar* sobre natureza e a forma do gasto militar, ampliando deste modo a capacidade de comando do capital sobre a vida social.

É importante salientar o modo como ela articula com muita clareza essas duas dimensões:

Em vez de um grande número de pequenas demandas de mercadorias, dispersas e díspares temporalmente (mais fáceis, portanto, de serem satisfeitas pela pequena produção mercantil e por isso mesmo desinteressantes para a acumulação do capital), tem-se agora uma demanda potencial homogênea concentrada no Estado. Para sua satisfação essa demanda pressupõe, no entanto, a existência prévia da grande indústria, da produção em grande escala, ou seja, das condições mais favoráveis à produção de mais valia e à acumulação. Sob a forma de encomenda de material bélico feita pelo Estado, esse poder de compra concentrado das grandes massas de consumidores escapa, além disso, do arbítrio e das flutuações subjetivas do consumo pessoal, para adquirir regularidade quase automática, um crescimento rítmico. Para finalizar, a alavanca desse movimento rítmico e automático da produção bélica capitalista encontra-se em mãos do próprio capital – mediante o mecanismo da legislação parlamentar e da criação dos meios de comunicação destinadas à formação da assim chamada opinião pública. Eis por que esse campo específico de acumulação de capital parece ser dotado, em princípio, de uma capacidade de ampliação indeterminada. Enquanto qualquer outra ampliação do domínio de mercado e de base operacional do capital dependem, em grande parte, de aspectos políticos, sociais e históricos, que atuam fora da esfera de vontade do capital, a produção bélica representa um domínio cuja ampliação sucessiva e regular parece depender antes de mais nada das próprias intenções do capital<sup>17</sup>.

É nestas condições precisas que o imperialismo pode ser visto como uma forma de simbiose entre a rivalidade política interestatal e a concorrência dos capitais. Ou seja, o imperialismo – a *expressão*

---

(17) Id. *ibid*, p. 97.

*política* do processo de acumulação de capital – *acelera* a imposição do capitalismo como *forma universal*, inaugurando a *possibilidade efetiva* de “pôr efetivamente um ponto final em sua existência.”

Neste ponto, é muito comum surgirem as críticas ao “catastrofismo” dogmático que, supostamente é a marca decisiva de Rosa Luxemburgo. Mas, ao contrário do que apregoam os críticos mais apressados, ela adentra neste terreno com bastante cuidado:

O imperialismo tanto é um *método histórico* de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro para pôr objetivamente um ponto final em sua existência. Isso não quer dizer que esse ponto terá de ser alcançado obrigatoriamente. A própria tendência de atingir essa meta do desenvolvimento capitalista reveste-se de formas que caracterizam a *fase final* do capitalismo como período de catástrofes<sup>18</sup>.

E, em outra passagem:

Quanto mais o capital, por meio do militarismo, liquida com a existência de camadas não-capitalistas e reduz as condições de vida das classes trabalhadoras, mais a história cotidiana da acumulação de capital no cenário mundial transforma-se em uma série de catástrofes e convulsões econômicas periódicas (em forma de crises), inviabilizam a acumulação ao mesmo tempo que tornam imprescindível a rebelião da classe operária internacional contra a dominação do capital, antes mesmo que essa dominação tropece economicamente nas barreiras que ela mesma criou<sup>19</sup>.

O imperialismo *prolonga* o capitalismo exatamente por *intensificar* e *generalizar* as relações sociais capitalistas – o capitalismo como forma universal – que, por sua vez, acentuam o seu caráter *violento* e propenso à catástrofe e às crises. Não se trata, portanto, da defesa de um colapso inevitável regido por determinações “econômicas” (no sentido estrito – i.e. economicista – do termo).

De fato, Rosa Luxemburgo parte efetivamente da tese de que *mercado não é capaz de operar automaticamente*<sup>20</sup>, isto é, sem o apoio do Estado e suas formas diretas ou indiretas de instrumentalizar a violência. E que, além disto, quanto mais ele se desenvolve, mais violenta e avassaladora se torna a sociedade da mercadoria. Neste sentido, nada emancipatório pode emanar do desenvolvimento do capitalismo. Portanto, essa forma de sociedade possui limites objetivos: o máximo que a “civilização” capitalista pode fazer é subjugar – sempre com algum grau de violência – o conjunto da humanidade e da natureza à valorização do capital. É para este tipo de catástrofe que o capitalismo irá inevitavelmente rumar, caso não seja sucedido pelo socialismo, enquanto uma forma social também *mundial*. Não há determinismo catastrofista, portanto. O socialismo – enquanto uma forma social essencialmente democrática – é visto por Rosa como a *única* esperança contra o barbarismo da sociedade da mercadoria. Uma *possibilidade objetiva*, mas que só pode ser construída *de baixo para cima*, isto é, reconhecendo o valor norteador das demandas derivadas da experiência *concreta* dos oprimidos, na sua vida cotidiana.

---

(18) Id. *ibid*, p. 83. (Grifos meus).

(19) Id. *ibid*, p. 97.

(20) cf. Aznar, Estrella Trincado. The coherence of Luxemburg’s theories and life. In: Zarembka, Paul; Soederberg, Susanne (Org.). Elsevier JAI, 2004. p. 256-257.